



TERMO DE CONVÊNIO Nº 57/16

Processo Administrativo nº 16/10/01962

Interessado: Secretaria Municipal de Educação

Por este instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.885.242/0001-40, com sede na Av. Anchieta nº 200, representado, neste ato, pela Ilma. Secretária Municipal de Educação, Solange Villon Kohn Pelicer, doravante denominado **MUNICÍPIO** e, de outro, a **ASSOCIAÇÃO DE EQUOTERAPIA DE CAMPINAS**, doravante denominada **INSTITUIÇÃO**, reconhecida como Órgão de Utilidade Pública Municipal, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ sob nº 03.517.795/0001-06, registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, por seu representante legal, tem certo e ajustado, de acordo com as disposições constantes na Lei Municipal 10.869 de 29/06/01 e da Lei Municipal 11.279 de 19/06/02, regulamentadas pelo Decreto Municipal 13.673 de 26/07/01, alterada pela Lei Municipal 13.642 de 24/07/09, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 - LDBN e ainda ao Decreto Municipal nº 17.437 de 18/11/11, art. 7º e § único e Decreto nº 16.215 de 12/05/08, conforme as seguintes cláusulas:

PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente convênio tem por objeto, mediante a conjugação de esforços mútuos entre os partícipes, a cooperação financeira para execução de programas complementares de Educação Especial, apoiados pela Secretaria Municipal de Educação a serem desenvolvidas pela INSTITUIÇÃO nele localizada, conforme os recursos educacionais e estratégias de apoio, colocadas à disposição das crianças, jovens e adultos com deficiência, público alvo da Educação Especial (crianças e alunos com deficiência física, intelectual, auditiva e visual; crianças e alunos com autismo clássico; Síndrome de Asperger, Síndrome Rett; transtorno desintegrativo da infância [psicose infantil]; transtornos invasivos sem outras especificações



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos



[MECSEESP, 2008] e crianças/alunos com altas habilidades/superdotação), proporcionando diferentes alternativas de atendimento, conforme suas necessidades, em consonância com a Política Pública da Secretaria Municipal de Educação no Paradigma de Educação Inclusiva.

1.1.1 O repasse de recursos, objeto desse convênio, deverá ser aplicado pela INSTITUIÇÃO executora, para o desenvolvimento do trabalho conforme dispõe a LDBN nº 9.394/96, arts. 58, 59, 60, 70 e 71 e a Lei Municipal nº 10.869 de 29/06/01 e a Lei Municipal nº 11.279 de 19/06/02, regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 13.673 de 26/07/01, alterada pela Lei Municipal nº 13.642 de 24/07/09, vedada a aquisição de bens permanentes e também as despesas discriminadas no item 1.2 adiante;

1.1.2. Serão contemplados no presente convênio alunos com deficiência, matriculados em escolas públicas municipais e estaduais de Educação Básica, pertencentes ao Município de Campinas, FUMEC, Instituição(ões) de Educação Infantil conveniadas com a SME e Centro de Educação Infantil – CEI Bem Querer;

1.1.3. Conforme a Constituição Federal, em seus artigos nº 58, 59 e 60, e a LDBEN, "para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público", instituições especializadas são aquelas com atuação exclusiva em educação especial, não substituindo o direito à educação oferecida em classe comum do ensino regular de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente - Lei 8.069/90. A INSTITUIÇÃO deverá desenvolver suas ações em conformidade com o estabelecido no Plano de Trabalho apresentado e cujas metas passam a ser parte integrante deste Termo de Convênio.

1.2. É vedada a aplicação dos recursos para despesas como:

1.2.1. PESSOAL

a) O pagamento de profissionais não vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme artigo 71, Inciso IV, da LDBN;

b) Pagamento de funcionários e ou cargos que não constam do quadro de



recursos humanos indicado no Plano de Trabalho;

c) Acúmulo de função, gratificação, função gratificada, adicional de função e outros;

d) Não será permitida a contratação do mesmo profissional para o exercício de duas funções distintas e nem a gratificação para o exercício de funções (acúmulo);

e) Adicional Noturno;

f) Indenização trabalhista/Ação Trabalhista;

g) Contribuições a Entidades de Classe.

1.2.2. ENCARGOS E/OU BENEFÍCIOS TRABALHISTAS

a) PIS;

b) Insalubridade.

1.2.3. CONSUMO

a) Aquisição de gêneros alimentícios, incluindo guloseimas, lanches, refeições e contratação de serviço de buffet, exceto aqueles destinados aos funcionários e previstos em Convenção Sindical;

b) Calculadora de bolso;

c) Aquisição de brinquedos ou jogos em desacordo com o objeto do Plano de Trabalho aprovado;

d) Materiais de escritório para uso na área administrativa da INSTITUIÇÃO;

e) Materiais próprios para criadouro e alimentação de animais de qualquer



espécie;

f) Itens característicos para decoração de ambientes e recintos da INSTITUIÇÃO;

g) Despesas de qualquer espécie que caracterize auxílio assistencial, individual ou coletivo;

h) Pagamento de multas, juros, taxas, tarifas bancárias e tarifas administrativas de qualquer natureza, incluindo aquelas por atraso de pagamento dos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários;

i) Transferência de recursos financeiros, a qualquer título, a terceiros;

j) Aquisição de materiais de artesanato, ferramentas e materiais diversos sem a aprovação da Coordenadoria de Educação Básica/Departamento Pedagógico;

k) Aquisição de materiais permanentes ou bens duráveis, tais como: mesa, cadeira, carteiras, armários, quadro de avisos, quadro branco, equipamentos áudio visuais, estabilizador, equipamentos de cozinha, eletrodomésticos, playground, gangorras, caixas/piscinas de areia, bicicletas, brinquedos e outros bens de material resistente.

Definição de material permanente: aquele que em razão de uso corrente, não perde a identidade física e/ou tem sua durabilidade superior a 02 (dois) anos, conforme portaria do Ministério da Fazenda – Secretário do Tesouro Nacional nº 448, de 13/09/2002);

l) Aquisição de medalhas, prêmios, flores, presentes e outros.

1.2.4. SERVIÇOS E OUTROS

a) Materiais e serviços voltados à infraestrutura tais como construções, ampliações, pinturas e reformas de prédios ou salas, assim como aquisição de



materiais de construção, elétricos e hidráulicos;

b) Pagamento de multas, juros, taxas e tarifas administrativas de qualquer natureza, incluindo aquelas por atraso de pagamento dos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários;

c) Aquisição ou confecção de uniformes, camisetas e vestuário em geral que se constituam em benefício individual;

d) Pagamento de gás de cozinha, de materiais e serviços de manutenção de veículos, de combustíveis, de transporte para desenvolver ações administrativas ou pedagógicas, serviço de táxi, pedágio e estacionamento;

e) Pagamento de água, luz, telefone e aluguéis;

f) Serviços de fretes/logística;

g) Serviços e/ou produtos de desinsetização, dedetização e/ ou desratização;

h) É expressamente vedada a realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

i) Plastificação, encadernação e serviços contábeis sejam estes prestados por contador ou por escritório de contabilidade;

j) Pagamento, de qualquer título, a servidores da Administração Pública, Estadual, Municipal e Federal;

k) Pagamento, a qualquer título aos membros da direção da INSTITUIÇÃO, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau, sejam estes contratados ou prestadores de serviço autônomo;

l) Contratação de empresa de propriedade de membros da diretoria da



INSTITUIÇÃO, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau, sejam estes contratados ou prestadores de serviço autônomo.

m) Despesas com curso de formação ou capacitação;

n) Contratação de Serviços de Auditoria Externa;

o) Pagamento de serviços contábeis prestados por contador ou por escritório de contabilidade;

p) Realizar despesas em data e competência anterior ao início da vigência do Termo de Convênio;

q) Efetuar pagamento em data e competência posterior à vigência do Termo de Convênio sem prévia autorização da Secretaria Municipal de Educação.

SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. Os recursos públicos financeiros repassados poderão ser utilizados para o pagamento das despesas referidas, desde que expressamente previstas no Plano de Trabalho confeccionado nos termos do artigo 116 da Lei Federal nº. 8.666/93 c/c o art. 4º do Decreto Municipal nº. 16.215/2008, devidamente aprovado pelo CONVENENTE.

2.2. Os recursos financeiros repassados à INSTITUIÇÃO poderão ser utilizados para as despesas relacionadas a seguir:

2.2.1. PESSOAL:

a) Pagamento de profissionais da educação, habilitados para dar atendimento às crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, a saber: professor, orientador pedagógico, diretor pedagógico, pedagogo.

Para que os alunos tenham sucesso no processo educacional regular consideram-se importante a suplementação técnica dos apoiadores nas áreas



de terapia ocupacional, fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia, orientação e mobilidade e digitador braile, desde que atuem efetivamente no atendimento e acompanhamento dos estudos da rede municipal de ensino, FUMEC, entidades da Educação Infantil conveniada da SME e Centro de Educação Infantil – CEI Bem-Querer, segundo orientações e diretrizes do plano de trabalho aprovado pela SME.

b) Pagamento do quadro de recursos humanos descritos no Termo de Referência e, aprovado no Plano de Trabalho, parte integrante deste ajuste.

2.2.2. ENCARGOS E OU BENEFÍCIOS TRABALHISTAS:

2.2.2.1. Pagamentos devidamente comprovados através de documentos fiscais, de encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e benefícios relacionados a seguir:

a) 13º salário;

b) 1/3 de férias;

c) Descanso semanal remunerado;

d) Aviso prévio;

e) Rescisão contratual referente a direitos trabalhistas devidos, relativa à vigência da parceria;

f) Adicional por tempo de serviço, biênio, anuênio, nas restritas hipóteses de aquisição do direito por força de decisão judicial em processo de conhecimento, ou oriundo de Acordo Coletivo de trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho, desde que previstos em Convenção Coletiva de Trabalho;

g) Pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários e sociais



restritos ao período e às atividades profissionais, desempenhadas para a execução do presente termo de convênio:

- INSS;
- FGTS;
- FGTS Rescisório;
- IRRF sobre Salário

h) Horas Extras em caráter excepcional, desde que devidamente justificadas e autorizadas pelo Departamento Pedagógico da SME;

i) Contribuição Sindical;

j) Contribuição Assistencial;

k) Contribuição Confederativa;

l) Pagamento de Benefícios Trabalhistas restritos ao período e às atividades profissionais desempenhadas para a execução do presente Termo de Convênio:

- Vale transporte, desde que seja retido do funcionário o percentual autorizado em acordo coletivo, na falta deste, deverá ser de 6%. Deverá também estar acompanhado da relação fornecida pela empresa de transporte coletivo na qual constem os valores e nomes dos funcionários (Relatório Detalhado de Pedido);
- Auxílio creche – desde que previsto na Convenção Sindical de cada categoria;
- Seguro de vida em grupo – desde que previsto na Convenção Sindical de cada categoria;
- Cesta Básica conforme previsto na convenção sindical de cada



categoria;

- Vale Alimentação/Refeição, conforme previsto na convenção sindical de cada categoria;

2.2.3. CONSUMO:

2.2.3.1. Aquisição de materiais de consumo destinados às crianças, jovens e adultos com deficiência que sejam necessários ao funcionamento da INSTITUIÇÃO, tais como:

- a) Material de higiene e limpeza;
- b) Material de Papelaria/ pedagógico;
- c) Materiais pedagógicos tais como: CDs, DVDs, filmes, livros, bonecos didáticos, fantasias e outros materiais pedagógicos destinados às crianças, jovens e adultos com deficiência;
- d) Aquisição de brinquedos Pedagógicos: bonecas, jogos educativos adequados à faixa etária e outros materiais destinados ao trabalho pedagógico;
- e) Material esportivo e coletes para jogos voltados à área de educação física, para uso coletivo das crianças, jovens e adultos com deficiência, EXCETO aqueles considerados PERMANENTES;
- f) Aquisição de espelhos de qualquer tamanho, com ou sem moldura;
- g) Aquisição de tecidos para confecção de material pedagógico, de fantasias, de cortinas para sala de aula, de toalhas para recinto dos alunos e para mesas de refeitório e outros que se destinem ao bem estar das crianças, jovens e adultos com deficiência;



h) Aquisição de tapetes, colchonetes, roupa de cama, mesa e banho, cortinas, capas para colchão e colchonete destinado às crianças, jovens e adultos com deficiência.

2.2.4. SERVIÇOS:

2.2.4.1. Pagamento de serviços necessários ao funcionamento da INSTITUIÇÃO, tais como:

- a) Serviços de fotocópias, de correios, de revelação de fotografias;
- b) Assinatura de revistas que sirvam de subsídio para a área pedagógica;
- c) Manutenção de máquina de lavar, secar, fogão, geladeira, freezer, coifa e recarga de extintores;
- d) Manutenção de mobiliário: cadeirinha, mesinha, banco de refeitório e outros;
- e) Manutenção de equipamentos de caráter pedagógico que sirvam diretamente às crianças, jovens e adultos com deficiência como: gravador, televisão, som, vídeo cassete, DVD, máquina copidora, computador, impressora, playground e mobiliários de uso das crianças, jovens e adultos com deficiência;
- f) Atividades de estudo do meio, indicados no Plano de Trabalho aprovado, e as respectivas despesas com transporte realizadas por empresas devidamente regularizadas;

TERCEIRA - DO VALOR DOS RECURSOS

3.1. Para a concretização dos objetivos do presente convênio, a Secretaria Municipal de Educação fará o repasse trimestral, sendo o primeiro no início da vigência e os demais no



terceiro dia útil do mês subsequente a cada trimestre de referência, dos recursos financeiros oriundos da dotação orçamentária correspondente ao exercício do ano de 2016, cujo montante será calculado com base no número de alunos atendidos no primeiro mês do trimestre anterior.

3.2. Os repasses financeiros serão exclusivamente para o pagamento das despesas previstas na cláusula segunda, sendo EXPRESSAMENTE vedada sua redistribuição e aplicação em finalidade diversa.

3.3. Os Valores e módulos estão descritos no Plano Anual de Aplicação de Recursos;

3.4. O Plano Anual de Aplicação de Recursos, parte integrante deste Termo de Convênio, foi elaborado e apresentado pela INSTITUIÇÃO, com despesas regulamentadas - Cláusula Segunda;

3.5. A INSTITUIÇÃO por intermédio do Sistema Integre Financeiro/SME informará o atendimento mensal, contendo o número de crianças, jovens e adultos com deficiências, para possibilitar o cálculo do repasse que poderá ser reajustado ou minorado, no caso de variação no atendimento superior a 10% para mais ou para menos;

3.6. A ampliação do número de crianças, jovens e adultos com deficiências atendidos e o respectivo aumento no repasse de verbas, referida no parágrafo anterior, deverá ser aprovada pela SME, após avaliação técnica da Coordenadoria de Educação Básica do Departamento Pedagógico e verificado a possibilidade orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, visando garantir a qualidade do atendimento;

3.7. Para a avaliação do resultado do objeto pactuado neste convênio, serão analisados os indicadores de resultados:

3.7.1. O trabalho da instituição de educação especial em relação à suplementação e complementação a rede municipal de ensino, FUMEC, Instituições de Educação Infantil conveniada à SME, Centro de Educação Infantil – CEI Bem Querer e rede estadual de ensino;



3.7.2. Contatos com os professores de educação especial da rede municipal de ensino, Instituições de educação infantil conveniada à SME, FUMEC, Centro de Educação Infantil – CEI Bem Querer e rede estadual de ensino;

3.7.3. Esclarecimento às famílias dos direitos das pessoas com deficiência nos serviços oferecidos nas áreas da educação, saúde, transporte, entre outros;

3.7.4. Atendimento efetivamente realizado;

3.7.5. Critérios adotados pela Instituição para o Recrutamento e Seleção dos profissionais pagos com recursos do convênio;

3.7.6. Existência de quadro de recursos humanos compatíveis com as necessidades de atendimento aos alunos da rede municipal de ensino Instituições de educação infantil conveniada à SME, FUMEC, Centro de Educação Infantil – CEI Bem Querer e rede estadual de ensino;

3.7.7. Apoio às unidades escolares, quando solicitada a presença do profissional da instituição que atende a criança/aluno da rede municipal de ensino Instituições de educação infantil conveniadas à SME, FUMEC, Centro de Educação Infantil – CEI Bem Querer e rede estadual de ensino;

3.7.8. Encaminhamento as unidades educacionais do plano de atendimento especializado individual de cada criança/aluno atendido no início de cada semestre e a avaliação desse atendimento ao final de cada semestre;

3.7.9. Espaço físico adequado ao desenvolvimento do Projeto Pedagógico apresentado pela INSTITUIÇÃO e aprovado pela SME/Departamento Pedagógico.

3.8. Os recursos transferidos pela Secretaria Municipal de Educação, à INSTITUIÇÃO, em função deste Termo de Convênio serão depositados em Estabelecimento Financeiro Oficial em Conta Corrente específica indicada pela Conveniada nos autos do protocolado administrativo em epígrafe, devendo toda a movimentação financeira ocorrer na conta bancária informada neste protocolado, sendo os recursos aplicados exclusivamente na



execução do objeto do presente termo de convênio, conforme cláusula segunda.

3.9. A INSTITUIÇÃO receberá o montante estimado de R\$ 211.864,80 (duzentos e onze mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos) em iguais parcelas trimestrais, com a possibilidade de minorar ou reajustar os valores a serem repassados em razão dos critérios estabelecidos nos itens 3.5. e 3.6.

3.10. Durante a vigência do termo de convênio, eventuais saldos de recursos poderão ser acumulados à(s) parcela(s) subsequente(s) para a execução do objeto.

QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SME

4.1. Compete a SME:

4.1.1 Definir anualmente, juntamente com a INSTITUIÇÃO, o atendimento e serviço de apoio a ser prestado;

4.1.2. Supervisionar, acompanhar e avaliar a execução do Plano de Trabalho apresentado pela INSTITUIÇÃO e aprovado pela SME/Departamento Pedagógico, por intermédio da Coordenadoria de Educação Básica/Núcleo de Educação Especial, promovendo o acompanhamento e a avaliação do atendimento ao trabalho complementar a Rede Municipal, INSTITUIÇÕES de Educação Infantil conveniadas com a SME, Nave Mãe, FUMEC e Rede Estadual de Ensino, bem como o controle de frequência das crianças atendidas;

4.1.3. Acompanhar, avaliar, orientar, controlar e fiscalizar a execução do objeto do convênio, reorientando ações e decidindo quanto a aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do presente convênio;

4.1.4. Transferir à INSTITUIÇÃO, os recursos de que trata a Cláusula Terceira, nas datas estipuladas, desde que as prestações de contas no Sistema Integre Financeiro estejam regulares, e tenha sido comprovada a aplicação dos recursos financeiros vinculados a este convênio no objeto ora pactuado;



4.1.5. Alterar, suspender ou cancelar o repasse dos recursos financeiros quando a INSTITUIÇÃO:

4.1.5.1 Não cumprir o Plano de Trabalho aprovado;

4.1.5.2 Não seguir as orientações do Guia Convênios;

4.1.5.3 Não apresentar a(s) prestação(ões) de contas no prazo;

4.1.5.4 As contas apresentadas forem rejeitadas;

4.1.5.5 Utilizar os recursos em desacordo com os critérios estabelecidos por este Termo de Convênio e/ou pelo Guia de Convênios disponibilizados pela Coordenadoria de Convênios/SME;

4.1.5.6 Retenção de recursos (descontos em folha de pagamento), sem o comprovante de repasse aos órgãos competentes;

4.1.5.7 Não apresentar e/ou manter a regularidade fiscal exigida na formalização deste convênio.

4.1.6. Trimestralmente o Departamento Financeiro/Coordenadoria de Administração e Gerenciamento de Convênios deve receber da INSTITUIÇÃO os documentos físicos e compará-los aos digitalizados no Sistema Integre Financeiro, conforme datas publicadas em Diário Oficial do Município;

4.1.7. Fiscalizar a utilização dos recursos financeiros, observando as cláusulas deste Termo de Convênio;

4.1.8. Acompanhar, por intermédio do Departamento Pedagógico/CEB/Núcleo de Educação Especial, a execução das metas previstas no Plano de Trabalho apresentado pela INSTITUIÇÃO;

4.1.9. Orientar, supervisionar e propor atividades de formação, com vistas ao



aperfeiçoamento e atualização dos profissionais pagos com o recurso do convênio.

4.1.10. Orientar e acompanhar o processo de inclusão da criança com deficiência nas instituições conveniadas;

4.1.11. Elaborar relatório governamental sobre a execução do objeto do convênio contendo comparativo entre as metas propostas no Plano de Trabalho e os resultados alcançados;

4.1.12. Emitir parecer conclusivo elaborado nos termos do artigo 370 das Instruções Normativas nº 02/08 - Área Municipal do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e demais disposições vigentes.

QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

5.1. Compete à INSTITUIÇÃO:

5.1.1. DO PEDAGÓGICO:

5.1.1.1. Executar o programa de Educação Especial nos termos da Cláusula primeira e segunda;

5.1.1.2. Observar e executar as diretrizes e normas emanadas da Secretaria Municipal de Educação deste município.

5.1.1.3. Convergir esforços e utilizar recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprir o Plano de Trabalho;

5.1.1.4. Manter na fachada do imóvel e em local visível, placa indicativa do convênio formalizado com a Secretaria Municipal de Educação do Município de Campinas;

5.1.1.5. Manter organizadas e atualizadas as fichas cadastrais e registros de frequência, contendo relação nominal de todas as crianças, jovens e adultos



com deficiência atendidos, público alvo deste convênio;

5.1.1.6. Apresentar mensalmente ao Núcleo de Educação Especial da Coordenadoria de Educação Básica o controle de frequência dos atendimentos realizados, contendo relação nominal, dia, horário, e tipo de atendimento realizado ao público alvo deste convênio;

5.1.1.7. Atender as demandas, conforme disponibilidade de vagas, de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho;

5.1.1.8. Informar à SME (Secretaria Municipal de Educação), por meio do Núcleo de Educação Especial da Coordenadoria de Educação Básica, as ausências das crianças, jovens e adultos com deficiência, para controle e preenchimento das vagas, quando for necessário;

5.1.1.9. Executar o presente convênio em consonância com o Plano de Trabalho, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino.

5.1.1.10. Aplicar, integralmente, os recursos transferidos pela Secretaria Municipal de Educação no atendimento objeto do presente Termo de Convênio, observando a destinação especificada na Cláusula Terceira;

5.1.1.11. Promover acesso aos órgãos competentes do município às informações das áreas contábil, administrativa, pedagógica, nutricional e outras, possibilitando executar a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio e Plano de Trabalho, parte integrante deste protocolo;

5.1.1.12. Recrutar e manter profissionais com grau de instrução compatível com a função desempenhada, necessária à execução do Plano de Trabalho, conforme habilitação legal exigida, com habilitação mínima exigida pela LDBN - Seção Educação Especial e nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial do MEC/2001, no caso dos pedagogos de educação especial e técnicos



especializados;

5.1.1.13. Enviar à Secretaria Municipal de Educação, por meio da Coordenadoria de Educação Básica, na vigência do presente, o relatório do trabalho desenvolvido junto às crianças, jovens e adultos com deficiência no processo inclusivo, sempre que solicitado;

5.1.1.14. Comunicar imediatamente a SME / Departamento Pedagógico todo e qualquer fato inusitado pertinente à execução do objeto, tais como paralisação das atividades, alteração do número de profissionais e outras.

5.1.1.15. Prestar à Secretaria Municipal de Educação, todas as informações referentes aos indicadores de resultados relevantes à avaliação da execução do objeto do presente Termo de Convênio;

5.1.1.16. Regularizar as pendências apontadas pelo Departamento Pedagógico no prazo máximo de 10 (dez) dias ou no prazo estipulado em documento oficial;

5.1.1.17. Submeter-se à penalidade de retenção, alteração e/ou suspensão das parcelas subsequentes até sua regularização, quando constatadas quaisquer irregularidades, sem ensejar na interrupção do atendimento aos alunos vinculados ao presente convênio;

5.1.1.18. Informar as famílias das crianças, jovens e adultos com deficiência atendidos por este convênio sobre a participação da Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria de Educação, bem como os critérios para o atendimento.

5.1.1.19. Informar às famílias os direitos constitucionais que rezam em favor de seus filhos ou tutelados com deficiência;

5.1.1.20. Justificar, quando não houver encaminhamento de crianças, jovens e adultos com deficiência - público alvo deste convênio à rede regular de



ensino, em função da falta de vagas ou por opção da família em não realizar a matrícula no ensino regular público;

5.1.1.21. Assegurar atendimento qualificado correspondente à modalidade proposta para o seu público alvo, por meio de projeto pedagógico que venha ao encontro das necessidades das crianças, jovens e adultos com deficiência, conforme estabelecido na Lei nº 9.394/96 (LDBN), Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, na resolução 006/01 do CMDCA;

5.1.1.22. A elaboração da proposta de trabalho deve resultar de um processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, funcionários, famílias, de acordo com as Diretrizes Curriculares de Educação Especial e a Política Nacional da Educação Especial em consonância com a Política Pública de Educação Especial do Município de Campinas;

5.1.1.23. Recrutar e manter profissionais com grau de instrução compatível com a função desempenhada, necessária a execução do Plano de Trabalho, conforme habilitação legal exigida;

5.1.1.24. Complementar as escolas regulares em todos os níveis de ensino, partindo do pressuposto de que as Instituições não podem substituir o ensino regular, mas sim complementar o desenvolvimento integrado do aluno;

5.1.1.25. Desenvolver atividade técnica e apoio educacional com crianças, jovens e adultos com deficiência matriculados na Rede Regular Municipal de Ensino, Instituição de Educação Infantil conveniada da SME e Nave Mãe FUMEC;

5.1.1.26. Atender à demanda por vagas, conforme disponibilidade da Instituição, dando preferência às crianças, jovens e adultos com deficiência, da Rede Regular Municipal de Ensino, Instituição da Educação Infantil conveniada da SME e Nave Mãe FUMEC;

5.1.1.27. Garantir a participação dos integrantes da Instituição, dos familiares



e comunidade referentes a execução do projeto pedagógico apresentado;

5.1.2. DO FINANCEIRO:

5.1.2.1. Abrir conta corrente em nome da instituição a ser conveniada (certificar-se no caso de matriz e filial, que a conta bancária está vinculada ao CNPJ da Instituição a ser conveniada), caso contrário o recurso financeiro não será repassado;

5.1.2.2. Movimentar os recursos financeiros, oriundos do convênio firmado com a Secretaria Municipal de Educação, ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE, em conta corrente específica informada pelo Presidente da Instituição;

5.1.2.3. Não realizar saques de recursos financeiros da conta corrente específica do convênio para pagamento em espécie de despesas;

5.1.2.4. Não transferir os recursos financeiros deste convênio para movimentação em qualquer outra conta, mesmo sendo de titularidade da Instituição.

5.1.2.5. Aplicar integralmente os recursos financeiros transferidos pela SME (Secretaria Municipal de Educação), no atendimento ao objeto do presente Termo de Convênio, observando a destinação prevista na Cláusula Terceira;

5.1.2.6. Arcar com as despesas que eventualmente ultrapassem o valor de repasse fixado;

5.1.2.7. Apresentar contas mensalmente no Sistema Integre Financeiro da Secretaria Municipal de Educação - e trimestralmente enviar à Secretaria Municipal de Educação / Coordenadoria de Convênios, as prestações de contas dos recursos recebidos, conforme cronograma publicado no Diário Oficial do Município;

5.1.2.8. Regularizar as pendências apontadas pelo Departamento Financeiro



no prazo de 10 (dez) dias ou no prazo estipulado em documento oficial;

5.1.2.9. Submeter-se à penalidade de retenção, alteração e/ou suspensão das parcelas subsequentes até sua regularização, quando constatadas quaisquer irregularidades, sem ensejar na interrupção do atendimento aos alunos vinculados ao presente convênio;

5.1.2.10. Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês. A conta de aplicação financeira deve obrigatoriamente estar vinculada a conta do convênio.

5.1.2.11. Utilizar os eventuais rendimentos de aplicação financeira no atendimento do objeto do referido termo de convênio ou devolvê-los à municipalidade;

5.1.2.12. Apresentar no final do convênio o relatório anual sobre as atividades desenvolvidas com os recursos próprios e as verbas públicas repassadas, bem como o comparativo de metas, conforme instruções da SME;

5.1.2.13. Devolver a municipalidade, quando da extinção/finalização deste convênio, eventuais saldos que não tenham sido utilizados ou que tenham sido aplicados irregularmente, nos termos do disposto no art. 116, § 6º da Lei Federal nº 8.666/93;

5.1.2.14. Cumprir o regulamento de compras apresentado pela Instituição, onde constam descritos os procedimentos para as compras de produtos e contratações de serviços com os recursos públicos repassados.

5.1.2.15. Promover o atendimento a contrapartida/equivalência de esforços apresentada pela Instituição, quais sejam:



5.1.2.15.1. Recursos Humanos: são as pessoas que estão envolvidas com o projeto, tais como: dirigentes, funcionários da instituição proponente e/ou contratados para a execução do projeto que não sejam remunerados com os recursos do convênio;

5.1.2.15.2. Bens e Serviços: são estruturas físicas, automóveis e outros, colocados à disposição do objeto pactuado;

5.1.2.15.3. Recursos Financeiros: são recursos em espécie da própria Instituição.

SEXTA - DA COMUNICAÇÃO

6.1. Comunicar imediatamente a SME / Departamento Pedagógico todo e qualquer fato inusitado pertinente à execução do objeto, tais como paralisação das atividades, alteração do número de profissionais e outras.

SÉTIMA - DO PRAZO

7.1. O presente convênio vigorará a partir de 01/02/2016 até 31/01/2017, podendo ser prorrogado por até 5 (cinco) anos.

7.2. O presente convênio poderá ser denunciado por acordo entre os partícipes ou unilateralmente, no caso de infração de qualquer de suas cláusulas. A denúncia operará os efeitos noventa dias após a notificação extrajudicial, que poderá ser encaminhada por correspondência com aviso de recebimento, mediante recibo ou por qualquer meio que comprove o inequívoco recebimento da notificação pela INSTITUIÇÃO.

OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A Instituição deverá encaminhar trimestralmente conforme cronograma publicado no Diário Oficial do Município, a Coordenadoria Setorial de Administração e Gerenciamento de Convênios os documentos originais para conferência das prestações de contas inseridas no



Sistema Integre Financeiro e demais documentos abaixo relacionados:

8.1.1. Relatório de Prestação de Contas, anexo II do Sistema Integre Financeiro, devidamente assinado pelo presidente da Instituição ou representante legal de acordo com o estatuto social;

8.1.2. Comprovante de todas as despesas pagas com recursos públicos deste ajuste;

8.1.3. Comprovante de todos os recolhimentos dos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários dos profissionais (Quadro de Recursos Humanos), bem como o pagamento dos benefícios;

8.1.4. Conciliação Bancária devidamente assinada pelo presidente da Instituição ou representante legal de acordo com o estatuto social;

8.1.5. Extrato Bancário mensal da conta corrente específica para movimentação dos recursos;

8.1.6. Extrato Bancário mensal da Conta de Aplicação Financeira;

8.1.7. Folha de Pagamento e resumo geral;

8.1.8. Certidões de regularidade fiscal vigente da Instituição junto aos órgãos: Secretaria da Receita Federal, Caixa Econômica Federal (FGTS) Secretaria da Fazenda do Estado, Ministério do Trabalho, Prefeitura Municipal de Campinas e Certificado de Registro Cadastral – CRC junto ao Município;

8.1.9. Convenção Sindical de acordo com cada categoria;

8.1.10. Ata da Eleição da atual diretoria;

8.1.11. Justificativa formal para esclarecimento de eventuais situações contrárias ao exposto no Termo de Convênio que venham a ocorrer e possam gerar dúvidas na análise das contas devidamente assinada pelo presidente da Instituição ou



representante legal de acordo com o estatuto social;

8.1.12. Comprovante de depósito aos cofres públicos de eventual saldo devolvido durante a vigência do Termo de Convênio, ou, em caso de saldos não utilizados, ao final do ajuste, na conta do Banco do Brasil Agência: 4203-X Conta Corrente: 73.203-6

NONA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

9.1. A SME e a Instituição deverão observar as disposições constantes das Instruções Normativas vigentes nº 02/08 e alterações - Área Municipal, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como às demais regras consignadas no Sistema Normativo vigente.

DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

10.1. A SME fará o acompanhamento e gerenciamento contínuo deste Convênio, por intermédio dos servidores municipais indicados pela Secretária Municipal de Educação, vinculados aos Departamentos Financeiro e Pedagógico. O Departamento Financeiro será representado pela Coordenadoria Setorial de Administração e Gerenciamento de Convênios e o Departamento Pedagógico pela Coordenadoria de Educação Básica/Núcleo de Educação Especial;

10.2. A INSTITUIÇÃO fará o acompanhamento e gerenciamento contínuo deste Convênio, por intermédio dos responsáveis Financeiros e Pedagógicos, indicados pela INSTITUIÇÃO em declaração acostada nos autos do processo;

10.3. No caso de alteração dos responsáveis pelo acompanhamento e gerenciamento contínuo deste Convênio, as partes obrigam-se a comunicarem entre si, bem como documentarem a referida alteração no protocolado correspondente.

DÉCIMA PRIMEIRA - DO REPASSE



11.1. Os repasses dos recursos poderão ser suspensos temporariamente ou cancelados, quando a Instituição deixar de cumprir quaisquer das obrigações previstas no presente Termo de Convênio, sem ensejar na interrupção do atendimento aos alunos vinculados ao presente convênio.

DÉCIMA SEGUNDA - DO CONVÊNIO

12.1. É vedada a celebração de contratos, convênios ou instrumentos equivalentes pela Administração Pública municipal direta e indireta com pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou Vereador, conforme estabelecido nos termos do art. 7º, caput e parágrafo único do Decreto Municipal nº 17.437/2011.

DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campinas para dirimir qualquer dúvida ou questão oriunda deste convênio, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem certas e ajustadas, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campinas, 01 de fevereiro de 2016.


SOLANGE VILLON KOHN PELICER
Secretária Municipal de Educação


ASSOCIAÇÃO DE EQUOTERAPIA DE CAMPINAS

Representante Legal:

RG nº 18547475-5

CPF nº 055968058-90



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO AO TCESP

Processo administrativo nº 16/10/01962

Interessado: Secretaria Municipal de Educação

Conveniente: Município de Campinas

Conveniada: Associação de Equoterapia de Campinas

Termo de Convênio nº 57/16

Objeto do Convênio: Execução de Programas complementares de Educação Especial

Na qualidade de CONTRATANTE e CONTRATADA, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final a sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Campinas, 01 de fevereiro de 2016.

SOLANGE VILLON KOHN PELICER

Secretária Municipal de Educação

e-mail institucional: sme.gabinete@campinas.sp.gov.br

e-mail pessoal: solange.pelicer@campinas.sp.gov.br

ASSOCIAÇÃO DE EQUOTERAPIA DE CAMPINAS

Representante Legal:

RG nº 18547475-5

CPF nº 055968058-90

e-mail institucional: equoterapia_cps@uol.com.br

e-mail pessoal: antonio carlos goes @ yahoo.com.br